

Entrevista - Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez¹:

"Leila L. M. Hernandez: uma vida com África"

Por Muryatan Santana Barbosa

- 1 *A Sra. foi a primeira professora de História da África na USP. Com tal experiência, pode nos contar um pouco de suas impressões sobre os alunos de hoje, em comparação com os de suas primeiras turmas. Eles são mais interessados no assunto? Conhecem mais sobre ele?*

Penso que a resposta ficará mais clara retomando uma experiência que tive em 1997, na PUC-SP. Desde a década de 1980 eu estudava alguns temas sobre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o que possibilitou encarar o desafio de ministrar no primeiro semestre de 1997, a disciplina “Colonização e Descolonização” para a primeira turma do Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Também aceitei o convite dos historiadores Antonio Carlos Rago e Vera Vieira para conceber e ministrar um Curso de Extensão sobre História da África, promovido pela Coordenação Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), da PUC-SP, “África: cultura, política e trabalho”, considerado o primeiro curso de *História da África* em São Paulo e uns dos primeiros do Brasil.

Ao longo de um semestre, com aulas aos sábados à tarde, cerca de oitenta alunos e eu, contamos com as exposições de renomados pesquisadores: Milton Santos, José Maria Pereira Nunes, Fernando Novaes, Luiz Felipe de Alencastro e Kabengele Munanga que generosamente dividiram algumas aulas comigo. Foram aulas provocadoras pelo universo abordado, pelos temas e questões tratadas em diferentes chaves teóricas, salientando a natureza e o significado do “antigo sistema colonial” dos séculos XV e XVI e do capitalismo imperialista colonial do século XIX em África; a natureza e significado do sistema colonial e alguns de seus desdobramentos, como os movimentos de resistência – incluindo o pan-africanismo - e os movimentos de independência .

O esforço foi enorme mas compensador, sobretudo porque me levou a aprofundar vários temas no âmbito de uma baliza cronológica que abrangia os séculos XIX e XX, o que foi fundamental para o Concurso para a Contratação de Professor-Assistente Doutor em História da África, no Departamento de História da FFLCH-USP, realizado em outubro de 1997.

1 Professora Livre-Docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo com atuação no campo de História da África.

Com meu Ingresso, em 1998, História da África foi instituída como disciplina obrigatória para os graduandos em História e eletiva para os alunos que haviam ingressado antes de 1998, para os de outros cursos da FFLCH e de outras faculdades da USP. O Departamento de História foi o primeiro a integrar História da África na grade curricular como disciplina obrigatória. Com estas características é considerado o primeiro curso de *História da África* do Brasil.

Talvez por ser uma disciplina nova que tratava de temas contemporâneos d'África, em geral desconhecidos, o número de alunos matriculados era muito grande. Por isso, a Chefia do Departamento de História solicitou que, embora na grade curricular da graduação, História da África fosse uma disciplina de segundo semestre, fosse oferecida também no primeiro, para o Noturno e o Vespertino. As aulas aconteciam às sextas-feiras somando cerca de 280 a 300 alunos por semestre. Nos dois primeiros anos as aulas foram ministradas na maior sala de aula do Departamento, a Caio Prado Jr. mas, ainda assim, havia um significativo número de alunos que buscavam cadeiras em outras salas e os que assistiam as aulas do lado de fora. Nos anos subsequentes até 2011, inclusive, a quantidade de alunos continuou muito grande, levando a que as aulas muitas vezes ocorressem no Anfiteatro Fernand Braudel. Só em 2012 e 2013, o número de alunos diminuiu para 150, 160.

Durante esses anos trabalhei com alunos interessadíssimos, leitores da bibliografia obrigatória e mesmo da complementar, assim como com alguns desinteressados. E claro, quando um número razoável de alunos não lia, o rendimento da disciplina ficava menor do que eu esperava. Por vezes sentí um certo desapontamento.

Não tenho dúvida de que docência e pesquisa caminham entrelaçadas, uma das principais condições para que ambas as atividades tenham a necessária qualidade acadêmica. E destaco que para mim a docência é uma das grandes oportunidades de *aprender a aprender* continuamente. Até hoje preparo todas as minhas aulas por escrito, atenta em atualizar a bibliografia, aprofundar temas e questões e buscar novas bordagens.

2. O seu livro *A África na sala de aula* é atualmente uma das maiores referências para o ensino de história da África no país. Como tal, carrega também uma grande responsabilidade. Quando a Senhora o escreveu, imaginava tamanha repercussão? Como foi esta experiência?

O livro foi escrito tendo como base as minhas aulas. Foi pensado como leitura de apoio para os alunos de História do DH/FFLCH/USP. Porém, quando comecei a escrever sobre os principais temas contemporâneos de História da África, encarei os desafios teóricos e

metodológicos que se impunham nesta ambiciosa tarefa. De caráter ensaístico, a análise da vasta bibliografia predominou sobre a pesquisa documental.

Ao debulhar os processos históricos ganhou centralidade a relevância de distinguir os relatos históricos dos empreendimentos míticos que cimentam a dinâmica cultural entre colonizadores e colonizados, tomando como ponto de partida a hipótese de que o africanismo - como o orientalismo - poderia ser entendido como fato político e cultural resultante do processo histórico do expansionismo que desembocou no imperialismo capitalista imperial. Escolhi uma chave de análise que permitisse alertar o leitor sobre a forte tensão entre o “saber colonizado” - no amplo sentido do termo - e a empiria, revelando uma África definida pela interconexão de processos históricos, dinâmicas sociais e culturas em movimento. Privilegiei temas que fazem parte de um amplo leque temporal situado entre as três últimas décadas do XIX até meados do XX, como moldura para o encaminhamento de problemas particulares de quatro conjuntos temáticos, sugerindo periodizações específicas. Em outras palavras, ao reconhecer a limitação das interpretações totalizantes procurei apresentar os múltiplos aspectos revelados em conjunturas particulares do processo histórico de duração longa. Neste cenário em que a abrangência não subtrai a força da singularidade escolhi um conjunto de questões estruturais, próprias de situações coloniais assemelhadas, destacando as raízes das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais produzidas pela longa e eficaz vigência das relações de interconexão entre metrópoles e colônias.

O que antecipou o nosso tempo e produziu a África e suas contradições teve como marco a Conferência de Berlim, em geral, tratada quase sempre sob uma perspectiva restrita, diretamente articulada ao retalhamento aleatório do continente africano em uma mesa de negociações. No oposto dessa visão entendo a Conferência como um acontecimento histórico plural em que conflitos, disputas, negociações e confrontos ganharam relevo decisivo. Por isso destaquei duas dimensões: como marco de um processo histórico do expansionismo capitalista que levou às resoluções acordadas para driblar o confronto de interesses da França, Inglaterra, Portugal, do rei Leopoldo II, da Bélgica e da Alemanha nas regiões das bacias dos rios Níger e do Congo, afluentes e circunvizinhanças, em uma conjuntura na qual o escravizado foi substituído por mercadorias lícitas; e como parte de dinâmicas internas das organizações sociais e políticas africanas que em algumas situações - sobretudo em disputas pela transmissão do poder - abriram espaço para acordos e “tratados de vassalagem”. Entretanto, ressalto que essas conexões não subtraíram o processo de

sua característica fundamental, relativa à assimetria das relações entre europeus e africanos, tampouco os vários desdobramentos violentos como as “guerras de pacificação” ou “domesticação”.

Com esta abordagem apresento a situação colonial com uma visão de totalidade aberta (não previamente definida) descerrando a pluralidade da política dos impérios e as ambivalências e paradoxos das práticas administrativo-jurídicas coloniais, realimentando racismos e etnocentrismos que estiveram na base dos movimentos de resistência.

Por sua vez, expus como o pan-fricanismo se revelou crítico, pelo simples fato de responder a um conjunto de estereótipos e pseudo-justificativas para situações de opressão local, nacional e internacional. Uma vez mais enfrentei o desafio de compreender a necessidade de alargamento da criticidade em relação às questões de política e identidade concentradas nos nacionalismos continentais, com as quais as elites culturais e políticas africanas estabeleceram diálogos e debates que se fizeram presentes nos nacionalismos anticoloniais independentistas.

Mesmo com insuficiências, *A África na sala de aula-visita à história contemporânea*, tem sido um dos grandes suportes para o estudo de História da África em nosso país. Está hoje na sua quarta edição, todas com o selo de “altamente recomendável”, além da edição para a “Sala de Leitura: Livro do Professor”. Como reconheço a responsabilidade que carrego como autora de um livro que se tornou uma grande referência para o ensino de História da África no Brasil, não deixei de insistir junto a editora para fazer uma cuidadosa revisão para a edição de 2008. Entretanto, tive de me contentar que fosse muitíssimo menor do que pretendia, o que só fez aumentar minha disposição de rever vários pontos, ampliar alguns temas, atualizar alguns mapas e de escrever um posfácio. Oxalá tudo isto se revele em uma próxima edição revisada e ampliada do livro.

1. ***Para além dos aspectos “negativos” da história do continente, visando não reproduzir uma imagem estereotipada sobre ele. O que a Sra. pensa desta perspectiva? Para alguém que trabalha com África Contemporânea, tal problemática é especialmente relevante?***

Despir-se de uma imagem estereotipada é algo fundamental para quem trabalha com África, contemporânea ou com outras peridiosações. É da maior importância continuar questionando a não historicidade da África como decorrência de pretensos primitivismo, indolência e frouxidão, articulados ao fenótipo biologista da “raça negra”, reforçando preconceitos que apresentam os africanos como inferiores, sem cultura e sem escrita.

Este olhar coloca desafios de como afastar ideias revestidas de positividade ou

negatividade fundamentadas, sobretudo, em binarismos maniqueístas que levam à essencialização e à naturalização, banalizando a complexidade dos processos históricos e as culturas em movimento, além de ignorar a permeabilidade dos “territórios sobrepostos e das histórias entrelaçadas”, na feliz expressão de Said, nos quais as culturas se fazem de apropriações, experiências comuns e interdependências mútuas. É oportuno reiterar que nos estudos sobre a África os binarismos são vários. Cito: África verdadeira, profunda e África contaminada pelos valores ocidentais; o islã como força libertadora contraposto à opressão do cristianismo; o campo e a cidade; as chefias tradicionais e a burocracia colonial; o sagrado e o profano; a oralidade e a escrita; a tradição e modernidade; a língua do colonizador e o dialeto do colonizado; primitivo e civilizado.

Estes esquemas binários perpetuam, não raro de forma difusa, algumas formas próprias da estrutura de pensamento ocidental, justificadoras de juízos de valor acerca das manifestações religiosas e dos rituais sagrados dos africanos como expressões de primitivismo que levam à fome, à miséria e às guerras internas. Formas de pensar que desconsideram os dinamismos econômicos, sociais e políticos endógenos ao continente africano.

Pragmaticamente, sabemos que as imagens estereotipadas estão entranhadas na nova consciência planetária iniciada nos anos 1980, constituída por aspectos que encobrem as crescentes desigualdades e a proliferação de diferentes formas de injustiça geradoras de toda sorte de crueldade e de violência, revestidas de explicações incapacitadoras para os povos que vivem uma acentuada situação de pobreza e de segregação econômica, racial, social e cultural.

4. A Lei 10.639 foi fundamental para colocar a História da África nos currículos escolares e no ensino superior. Evidentemente, pode-se melhorar muito ainda neste sentido, mas houve um progresso. No entanto, fora da História (e das Letras), a África é ainda muito mal conhecida e pouco estudada. Isto é evidente no ensino superior, em que praticamente não existem disciplinas de África fora de tais cursos. A Sra. Acredita num progresso nesta direção nos próximos anos?

Não resta dúvida que é fundamental que uma reivindicação tenha força de lei. A 10.639/03 tornou obrigatório o estudo de História da África (também da cultura afro-brasileira e dos Estudos indígenas), o que não é pouco. Porém, há muito o que fazer: aumentar os “claros” para elevar o número de professores concursados de História da África nas universidades; qualificar professores para o I e II graus, em particular, os das redes públicas municipal e estadual; elaborar e difundir material didático diverso; promover oficinas de cartografia; divulgar documentários sobre vários temas de África; fazer uma seleção criteriosa de livros paradidáticos e desenvolver mecanismos para torná-los acessíveis aos professores e alunos do 1º e 2º graus; e planejar visitas monitoradas a

museus que contemplem a história da África e a história dos africanos no Brasil.

Entretanto, segue sendo primordial promover a ruptura com o eurocentrismo desde as academias e agências de fomento, promovendo de forma firme e competente debates teóricos onde se possa argumentar, com clareza, como a escolha de temas e abordagens tem uma forte dimensão política, além de apontar de forma objetiva os entraves para conquista de espaços nos diversos cursos de Humanas, a começar pelos de História e de Letras. É um embate difícil, porque a academia segue sendo fortemente eurocêntrica.

5. A sra. poderia nos contar um pouco da experiência recente do NAP Brasil- África, a que está vinculada na USP?

O Núcleo Brasil-África foi instituído após passar por um processo de seleção de projetos de pesquisa promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e aberto para as diferentes áreas do conhecimento da Universidade de São Paulo. O “Brasil-África: novos horizontes” foi elaborado por uma equipe multidisciplinar composta por docentes-pesquisadores dos cursos de Literaturas Africanas, História da África, Economia, do Instituto de Estudos Brasileiros e do Museu de Arqueologia e Etnologia. Uma vez premiado o projeto, o núcleo foi constituído com verba para compra de equipamentos, viagens de docentes e de doutorandos para pesquisas nos arquivos em África, além das condições materiais para planejar e desenvolver um curso de extensão em História da África, promover conferências, palestras e organizar seminários nacionais e internacionais.

Sem dúvida, é uma experiência interessante que mostra quanto e como caminhamos em Estudos Africanos, como prefiro chamar – ao invés de História da África -, uma vez que o núcleo é composto por profissionais de diferentes formações e áreas específicas de atuação que tem por objetivo uma abordagem interdisciplinar. Aliás, este talvez seja o grande e difícil desafio que o Núcleo terá de enfrentar, qual seja, passar da fase da multidisciplinaridade para a da interdisciplinaridade.

6. No Brasil, há um grande desconhecimento sobre o pensamento político africano, que é um dos seus campos de pesquisa. Em grande parte, porque não. No campo das ciências humanas, do mesmo modo, não temos praticamente nada da produção atualizada que tenha sido publicado. A exceção são as literaturas africanas. Em verdade, o mesmo ocorre em relação aos autores de países orientais, sul-asiáticos ou árabes. Em suma, nosso mercado editorial é extremamente eurocêntrico. Como criar uma alternativa para esta situação?

Há vários aspectos que precisam ser considerados, entre os quais a falta de tradução de

livros e artigos dos principais políticos e intelectuais africanos como Kwame N’krumah, Mário Pinto de Andrade (muitas em francês), Julius Nyerere, Léopold Senghor, ou mesmo de alguns textos ainda inéditos no Brasil de Franz Fanon, Aimé Césaire, Cheik-Anta-Diop, George Lamming e de C.L. R. James. Acrescento a falta de tradução das obras clássicas de Marcus Garvey, Edward Blyden, William Du Bois, Alexander Crummell e James Aggrey. E a de intelectuais contemporâneos como Thierno Bah, Achille M’Bembe, Elikia M’Bokolo, Jean-Loup Amselle, Frederick Cooper, Mbonigaba Mugaruka, Toyin Falol e das pesquisadoras Nina Mba, Oyeronke Oyewumi e Emanuelle Sibeud.

Da mesma forma que não se publica os escritos de Amílcar Cabral, Samora Machel, Eduardo Mondlane e de Agostinho Neto, todos escritos em português. Isto sem falar dos pesquisadores atuais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e de São Tomé e Príncipe e de Portugal, cujas obras não são divulgadas no Brasil, caso de Ana Paula Tavares, Tereza Cruz e Silva e de pesquisadores portugueses como Jill Dias, Valentim Alexandre, Isabel Castro Henriques, Olga Iglesias, João Paulo Borges Coelho e Manuela Ribeiro Sanches, entre outros.

Alunos e pesquisadores enriqueceriam enormemente seus conhecimentos e suas reflexões se os autores citados tivessem suas obras publicadas no Brasil. Sem sombra de dúvida, teríamos à mão um conjunto de textos que seriam ferramentas fundamentais para que avançássemos no trabalho de esgarçamento das malhas tecidas pelos impérios que teimam em alimentar a estrutura discursiva euro-ocidental sobre os “outros”, os orientais (note-se a imprecisão do termo) e os africanos. Não raro, considerados como um todo cultural homogêneo.

7. Acerca dos seus estudos e cursos sobre as ideias de nação e nacionalidade no pensamento africano, você poderia sintetizar sua opinião sobre esta temática, para que nosso leitor possa acompanhar seus trabalhos mais recentes?

Em primeiro lugar considero relevante colocar em discussão o tema da existência de um pensamento africano heterogêneo, contendo escrituras sobre os vários nacionalismos articulados a pluralidade de projetos de nação: os que buscavam apenas a autonomia e aqueles que negavam o colonial com diferentes graus de radicalidade, o que enseja a pluralidade de entendimento sobre o significado de nação. Nesta chave de análise, pergunto em que lugares e momentos as teorias e ideias políticas foram produzidas, como e onde foram lidas e reinterpretadas e os limites de suas transformações, marcando suas narrativas como “processos de afiliação”, na expressão de Edward Said, com o significado de “apropriação criativa” em contextos plurais.

Em minhas pesquisas mais recentes privilegio os vários encontros intercontinentais, de 1950 a 1974, como lugares de ampla circulação de ideias, debates e disputas, locus da gestação e desenvolvimento do pensamento social africano. Têm como resultado escrituras que permitem identificar equivalências, homologias, ambiguidades e contradições em relação a temas como a natureza e os caminhos - revolucionários ou gradualistas - para a conquista das independências, os projetos de estado e de formação da nação ancorados nas várias acepções de unidade e de cultura. O complexo processo de circulação de teorias e de ideias políticas deu ensejo a formulação de um pensamento africano plural e diverso.

A interface europeia se fez mais acentuada nas décadas de 1950 e 1960, nas quais o conhecimento e a cultura política dos letrados africanos revelavam afinidades com concepções iluministas e um vago republicanismo. Destacavam os Direitos do Homem e das Nações, noções essenciais para a formação dos nacionalismos anticoloniais que, com sentido e formas próprias, contestaram o princípio não razoável da desigualdade como inerente à condição humana e combateram o imperialismo capitalista, o colonialismo e o racismo, proclamando a autodeterminação.

Intelectuais e líderes africanos também entraram em contato com o debate em curso desde os anos de 1940 entre existencialismo e marxismo, realizado sob o signo do humanismo sartreano focado na dimensão humana da libertação, com influências diretas em Franz Fanon. Mas não só. Aproximam-se das ideias que circulam nas capitais dos impérios europeus com críticas contra o pensamento colonial (e o colonialismo em todos os sentidos), registradas nas obras de Albert Memmi , Fanon e Aimé Césaire prefaciadas por Sartre que salientou o “processo de desumanização do oprimido” enlaçando-o à noção de alienação.

Sob o registro da concepção política de Terceiro Mundo e os abalos sofridos pelo modelo bolchevique com a secessão na Ioguslândia, as crises na Polônia e Hungria, a ruptura entre a União Soviética e a China e os radicalismos políticos como na Primavera de Praga surgiram rupturas com a ortodoxia no marxismo. A própria prática política marxista tendeu a se afastar da ligação mecânica com o modelo bolchevique, apontando para uma pluralidade de vias nacionais para o socialismo em África, como mostrou o discurso de Amílcar Cabral na Tricontinental de Havana.

A segunda interface que chamo afro-novo mundista tem como central a questão da identidade, mas transcende as narrativas nucleadas em torno da noção biologistica de raça, enquanto o

eixo de um corpo ideológico fundamental para a etnografia europeia da segunda metade do XIX. Neste sentido retomo o antropólogo e jornalista haitiano Anténor de Firmin (1850-1911) e sua argumentação negadora da redução dos africanos a mero subproduto do racismo europeu, considerando a independência do Haiti como resposta da raça negra ao colonialismo europeu, a “porta-bandeira da causa da igualdade”. Uma igualdade para além da racial, econômica, social e política nos planos local, transnacional e transcontinental.

Nesta ordem de ideias retomo a produção de Jean Price-Mars (1876-1969), considerado o principal intelectual haitiano do século XX. Com formação em várias áreas se destacou como etnógrafo e se deteve, em particular, nas bases históricas das manifestações culturais haitianas. Ao seguir suas reflexões observamos a relevância que atribui à “Teoria da Diáspora Africana” e ao Pan-Africanismo de cariz cultural com um olhar que afirmava que os haitianos não eram “franceses de cor”, antes, homens nascidos em circunstâncias históricas que lhes conferiam uma dupla herança, a de franceses e a de haitianos, o que lhes propiciava a criação de uma cultura particular e o desenvolvimento do nacionalismo cultural. Price também se aproximou de intelectuais do *Harlem Renaissance*, teve um papel marcante no Congresso de Artistas Negros, em 1956, e uma participação da maior relevância na fundação do Instituto de Etnologia no Haiti em 1941, um marco na “descolonização do conhecimento” e “africanização das mentes”, pressuposto central da revista *Présence Africaine*.

Não é demais reiterar a importância desta revista que ao lado do *Harlem Renaissance* (negritude) revelou-se fundamental para os africanos lusófonos na Lisboa dos anos 40 e 50, em uma ambiência marcada por intercâmbios culturais que incluíam Fernando Ortiz (e sua influência ao expor o papel da experiência cubana) e o pensamento de Nicolas Guillen para o movimento da negritude, salientando que raça e cultura pertenciam à vertente identitária como garantia de uma igualdade efetiva. Essas ideias exerceram forte influência em frequentadores da Casa dos Estudantes de Lisboa - como Agostinho Neto, Noémia de Souza, Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade- sendo claramente expressas por este angolano, cuja obra talvez seja o maior exemplo de como as ideias circulam e se fazem presentes, sobretudo desde 1954, com a fundação do Centro de Estudos Africanos, em Lisboa.

Muitos dos encontros nos espaços de reunião das várias colônias dos impérios europeus rompem a barreira da língua e sublinham a importância da luta contra o imperialismo e o colonialismo, como condição para os africanos conquistarem sua liberdade, inclusive a de exercer

direitos civis. Com o primado da política, esses temas circularam nas principais capitais europeias entre as futuras lideranças dos movimentos de independência em África incorporando, em particular, as ideias pan-africanistas de Marcus Garvey e o grande legado de Edward Blyden, o sentimento de raça como base para elevar a África à pátria comum de todos os negros em solo africano como fruto de valores e aspirações comuns geradoras de um sentimento coletivo essencial para pensar políticas autônomas.

Ao destacar a importância do lugar periférico e tornar públicas as aspirações locais e as reivindicações, os intelectuais e líderes políticos africanos criaram um campo próprio de soberania dentro da sociedade colonial, promovendo fissuras na universalidade calcada nos modelos ocidentais. E a identidade, a cultura e a Nação enquanto construções simbólicas plurais construídas por diversos grupos sociais em diferentes momentos históricos foram temas que ganharam centralidade nas escrituras de Senghor, Césaire, Cheik Anta Diop, N’Krumah, C.L.R. James, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e Franz Fanon. Suas ideias permitem pensar como a história penetra e estrutura o discurso político. Assinalo, embora reconhecendo a importância da negritude como elemento identitário, que procuro analisar em todos os temas citados, a relevância das múltiplas definições sobre Nação e a cultura nacional expressas pela palavra falada e pela palavra vivida.

8. A África passa hoje por graves dificuldades estruturais. No final do seu livro aqui citado, a Sra. fala de uma necessária reinvenção da nação, como um caminho para a superação de tais dificuldades. Como a sra. vê este assunto hoje? Existem sinais positivos neste sentido?

Pragmaticamente, a nação está em permanente estado de invenção. A questão é que o conceito de nação é multifacetado e como qualquer outro- ou até mais- tem de ser historicizado. Dito claramente, a nação tem características específicas considerando-se espaço e temporalidade. Em cada país africano – mas não só- a nação é uma construção histórica. Para identificarmos o seu significado em África temos de identificar a pluralidade, a heterogeneidade das múltiplas identidades culturais de cada país.

Claro está que tudo isto implica em abandonar por completo o impulso de ter como “tipo ideal” a nação nos moldes europeus e americanos, que tem levado à conclusão totalmente equivocada de que não há nação em África. Afirmações como essa mostram falta de conhecimento básico das obras de líderes africanos e subtraem a dificuldade em pensar uma concepção alargada e histórica de nação plurinacional. De quebra encobrem os processos em que as nações africanas

estão a se inventar, procurando caminhos para superação das suas dificuldades estruturais. E escapam do difícil desafio de pensar como organizar os desorganizados.

9. Como sabe, há um debate em curso sobre a influência e participação recente do Brasil na África. Em particular, no campo econômico. Alguns acreditam que ela é positiva, outros que é negativa; como sempre, dependendo da perspectiva de que se olha. A Senhora teria uma opinião formada sobre o assunto, ou acha que ainda é cedo para isso?

Penso que africanos e brasileiros aprendem uns com os outros quando participam em projetos desenvolvidos conjuntamente. Me refiro aos projetos que são demandados pelos africanos, conforme suas necessidades e objetivos. Projetos que excluem por completo a transposição de modelos feitos no Brasil para serem implementados em países da África. Falo de intercâmbios nas mais variadas áreas do ensino, pesquisa, saúde e tantos outros que integram políticas públicas sociais, cuja atuação de brasileiros seja resposta aos anseios, reivindicações e conquistas definidas pelos e para os africanos. Lembro da experiência que tive nos anos '80 e no início dos '90, participando de trabalhos desenvolvidos como consultora da equipe do Projeto de Assessoramento ao Governo da República de Cabo Verde para o desenvolvimento do Programa de Reforma Administrativa. Na época era uma equipe integrada sobretudo por estudantes caboverdianos que completavam sua escolaridade formal nos cursos de Psicologia e Ciências Sociais da USP e de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Uma segunda experiência –ligada ao Projeto de Reforma Administrativa- resultou de um convite do Primeiro Ministro e do Secretário de Estado da Administração Pública da República de Cabo Verde para integrar a comissão organizadora, acompanhar a fase preparatória e redigir com a equipe encarregada, o Relatório Final para o Encontro Ministerial dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que, centralmente, discutiu a “viragem” para uma economia de mercado e o processo histórico de transição do modelo de Estado de partido único para um Estado democrático em moldes liberais. Por demanda explícita dos ministros de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e de suas equipes de apoio, esta tarefa deveria ter como ponto de partida as especificidades históricas dos Cinco condicionadoras dos modelos de desenvolvimento a entrelaçados aos diferentes matizes político-ideológicos que compreendiam a social-democracia com partido único –caso de Cabo Verde- e os marxismos-leninismos próprios de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe .

Articulado ao primeiro, o segundo projeto de elaboração e desenvolvimento do “Programa

de Formação de Formadores no Domínio da Administração Pública” teve âmbito regional e como objetivo a formação de pessoal selecionado nas unidades do Serviço Público de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé. A agenda dos temas seguiram as solicitações dos ministros ligados à função pública e à justiça dos Cinco e giravam em torno das noções de Estado, Sociedade e Administração Pública para o Desenvolvimento.

Entretanto, considero que projetos e participações (consultorias e assessorias) nas áreas que envolvem predominantemente interesses econômicos tem de ser vistos com muita parcimônia, já que visam sobretudo o lucro material, como as grandes empreiteiras e as grandes empresas de produção de energia elétrica, por exemplo. Ainda que suas presenças sejam demandas feitas por lideranças africanas voltadas para o crescimento econômico, via de regra, os quadros são despreparados e formam com africanos um grupo de trabalho desatento às diversidades culturais e às consequências econômicas, sociais, políticas e culturais dos povos envolvidos nas áreas exploradas. O que não causa estranheza, quando o lucro é o objetivo das atividades-meio e das atividades-fim e se dá às costas para as cosmogonias dos povos locais.